

ANTÓNIO AMÉLIA RECEBE JUSTIÇA DA CPLP

# Continuamos a promover Direitos Humanos no país

**O PRIMEIRO vice-presidente da Assembleia da República (AR), António José Amélia, reafirmou o comprometimento da instituição em continuar a produzir uma legislação que promova a observância dos Direitos Humanos, no âmbito do cumprimento da Constituição da República.**



António Amélia recebendo provedores de Justiça da CPLP

Falando ontem, em Maputo, durante a audiência de cortesia que concedeu aos membros da Rede de Provedores de Justiça e Comissões Nacionais dos Direitos Humanos da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), José Amélia realçou a colaboração institucional no aprofundamento do Estado de direito democrático.

O 1.º vice-presidente da AR acrescentou que, anualmente, os parlamentares moçambica-

nos apreciam a informação do provedor de Justiça relativa à observância dos direitos, deveres e liberdades fundamentais dos cidadãos na administração pública.

Durante a audiência em que representou a presidente da AR, Verónica Macamo, em visita de trabalho à República Popular da China, José Amélia exprimiu o apreço do Parlamento moçambicano pelos votos de encorajamento pelo trabalho que vem realizando em prol do engrandecimento do

Estado de direito democrático em Moçambique.

O 1.º vice-presidente da AR afirmou que Moçambique está a progredir na aprovação de leis e diplomas essenciais para a defesa e observância atempadas dos direitos, deveres e liberdades fundamentais dos cidadãos, apesar da crise económica e calamidades naturais que assolam o país.

Os membros desta Rede de Provedores e outras personalidades participavam, desde quinta-

-feira, no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, no seu 1.º seminário internacional, subordinado ao lema "O Papel dos Provedores de Justiça e Comissões Nacionais dos Direitos Humanos na Garantia da Boa Governação", cuja cerimónia de abertura foi dirigida pelo Presidente da República, Filipe Nyusi.

No evento de dois dias, organizado pelo provedor de Justiça, em parceria com a Ibis-Moçambique, no âmbito do Programa de Acções

para uma Governação Inclusiva e Responsável, Amélia participou em representação da presidente da AR, Verónica Macamo.

Refira-se que Moçambique é país signatário dos principais instrumentos legais, regionais e internacionais de Direitos Humanos. A Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, de que Moçambique faz parte, aumenta sobremaneira a sua responsabilidade, o que o impele a olhar para estas matérias com especial atenção.